

ADMINISTRAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO NAS MICROEMPRESAS: UMA REVISÃO LITERÁRIA

Jonas Sousa Chaves¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir a importância da gestão do capital de giro nas micro e pequenas empresas, avaliando como a mesma pode auxiliar no desenvolvimento do negócio. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura, selecionando-se artigos, livros e publicações institucionais que tratam do tema. A trajetória da pesquisa teve como ponto de partida a compreensão de conceitos de finanças e administração financeira, passando pela discussão sobre ciclo operacional, financeiro e econômico e também sobre a estrutura do balanço patrimonial como instrumento de análise da situação econômica da empresa. Na seção final, foram apresentadas as definições de micro e pequena empresa e, para concluir a pesquisa, demonstrando o quanto o capital de giro tem sido objeto de vários estudos recentes na área de Administração e Finanças, foram apresentados trabalhos acadêmicos que já abordaram a temática. Após as discussões, observou-se que a administração do capital de giro requer competências e um conhecimento amplo sobre a situação financeira e contábil da empresa, e que a sua boa gestão é imprescindível para que as MPEs se mantenham no mercado.

Palavras-chave: Capital de Giro; Ativo Circulante; Administração Financeira; Micro e pequena empresa.

INTRODUÇÃO

O conhecimento cultural e organizacional no âmbito empresarial é relevante para que o administrador modele ou remodele a sua gestão, tornando a corporação mais competitiva. Além de buscar informações, é importante saber como aplicá-las. Nesse sentido, para que uma empresa mantenha a sua posição no mercado e as suas operações em dia, um dos instrumentos essenciais é a administração do capital de giro.

Assim sendo, o presente estudo, tomando como referência o contexto empresarial do município de Coronel Xavier Chaves, levanta o seguinte

¹ Graduando em Administração pelo Instituto Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN, jonasschaves@gmail.com.

questionamento: como a administração do capital de giro pode auxiliar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas?

Este estudo tem como objetivo principal analisar, através da literatura, a relevância do capital de giro para as micro e pequenas empresas. Como objetivos específicos, pretende-se compreender alguns conceitos, como o de finanças e Administração Financeira, bem como de ciclo operacional, financeiro e econômico, visto que a necessidade de capital de giro depende desses ciclos para ser mensurado; abordar a estrutura do Balanço Patrimonial como instrumento de análise da situação econômica da empresa; e apresentar as definições de micro e pequena empresa; e, por fim, apresentar trabalhos acadêmicos que já abordaram a temática deste estudo.

A presente pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica baseada na metodologia descritiva que, de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), busca registrar, analisar e correlacionar os fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. Foi feita uma pesquisa selecionando-se livros, artigos científicos, periódicos e publicações em revistas e sites especializados que tratam do tema escolhido, utilizando-se as palavras-chave: Capital de Giro; Ativo Circulante; Administração Financeira; Micro e pequena empresa.

As seções a seguir tratam da Administração Financeira, capital de giro, ciclos operacional, financeiro e econômico, ativos e passivos circulantes, Balanço Patrimonial, micro e pequena empresa no Brasil e publicações atuais sobre a temática.

1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Para que um negócio seja conduzido com eficiência, gerando bons resultados à empresa e evitando-se desperdícios e gastos desnecessários, é fundamental um olhar sobre as suas finanças. Basicamente, quando se fala em finanças, diz-se dos recursos – dinheiro - disponíveis que circulam na organização e que serão usados em negócios e transações de diversas ordens. Administrar o setor financeiro de uma empresa é buscar a maximização do retorno aos investimentos e também alcançar certa liquidez.

1.1 Finanças: definições

O conhecimento sobre finanças tornou-se essencial para que os gestores possam administrar o negócio, pois a correta condução dos recursos disponíveis é prerrogativa para a manutenção das operações da empresa. De acordo com Gitman (2004, p. 34), o termo “finanças” pode ser concebido como “a arte e a ciência de gerenciar fundos”. O autor ressalta que praticamente todos os indivíduos ou organizações obtêm receitas ou levantam fundos, gastam ou investem. Assim, as finanças ocupam-se dessa transação / transferência de fundos.

Hoji (2014, p.3) defende que “o objetivo econômico das empresas é a maximização de seu valor de mercado em longo prazo, pois dessa forma estará sendo aumentada a riqueza dos stakeholders”, ou seja, todo negócio tem como missão a busca da rentabilidade e, sem um controle sobre as finanças e o seu planejamento, não é possível mantê-la. Na concepção de Gropelli e Ehsan (2005, p. 03), “dentro da área da administração financeira, as finanças são uma série de princípios econômicos e financeiros para maximizar a riqueza ou o valor total de um negócio”. Nesse sentido, pode-se dizer que o controle das finanças representa um fator chave para que a empresa possa obter lucro.

Outra definição que complementa essa ideia é a de Bodie e Merton (2002, p. 26), que classificam as finanças como “o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo”, ou seja, mais do que buscar a melhoria efetiva da administração do capital de giro da empresa, é importante que se possa antever as diversas situações impostas à empresa pelos cenários micro e macroeconômicos, de modo a definir as transações de recursos financeiro e o seu adequado uso.

Para Hoji (2014, p.409), essas decisões financeiras

devem ser tomadas com base em informações geradas por sistema de informações contábeis e financeiras adequadamente estruturadas. Um dos instrumentos mais importantes utilizados em tomadas de decisões financeiras é o orçamento empresarial, que é representado pelo orçamento geral que, por sua vez, é composto pelos orçamentos específicos.

Assim, entende-se que o gerenciamento das finanças requer conhecimento e informação sobre toda a situação financeira da empresa. Bodie e Merton (1999) endossam esse posicionamento defendendo que as decisões financeiras

diferenciam-se das demais escolhas sobre elas requerem um conhecimento concreto dos resultados dos investimentos realizados. Em outras palavras, pode-se afirmar que as decisões financeiras estão focadas não apenas na situação atual da empresa, mas também nas consequências que cada transação irá ter, pois seu foco está nos retornos que podem ser alcançados.

1.2 Conceitos de Administração Financeira

Para que a gestão dos recursos se dê de maneira eficaz, as empresas precisam buscar o suporte de ferramentas e técnicas de administração financeira. Segundo Gitman (2010), as áreas de finanças de uma organização podem ser divididas em Serviços Financeiros e Administração Financeira, sendo o primeiro a área voltada à concepção e oferta de assessoria e, ainda, à entrega de produtos financeiros a indivíduos, empresas e governo; e a segunda voltada às responsabilidades da empresa.

Ainda conforme o autor, os administradores financeiros de uma empresa, são responsáveis pela gestão dos negócios financeiros da organização de diversas ordens. A eles cabem tarefas como o planejamento, a concessão de crédito a clientes, a busca de fundos para financiamento das operações da empresa, assim como a análise de atividades que exijam grandes desembolsos. (GITMAN, 2010).

Hoji (2014, p.21), por sua vez, destaca três funções básicas de um administrador financeiro: “análise, planejamento e controle financeiro, tomadas de decisões de investimento e tomadas de decisões de financiamentos”. É de responsabilidade do administrador financeiro não apenas a obtenção de capital como também buscar resultados positivos com a suas aplicações, reduzindo os riscos e aumentando a rentabilidade da empresa.

Kato (2012, p.26) complementa afirmando que “a administração financeira é responsável por obter e utilizar eficientemente os recursos necessários para o bom funcionamento da empresa”, ou seja, as decisões tomadas pelos administradores financeiros têm um impacto muito grande no sucesso do negócio, uma vez que essas tomadas de posição lidam com os recursos da empresa, levando-a a obtenção de lucros ou, em sentido contrário, a perdas e prejuízos.

Para Gitman (2010), o tamanho da empresa é determinante para a importância da função da administração financeira. No caso de empresas menores, essa função costuma ser realizada pelo departamento de contabilidade, que é o que tem acesso a todas as operações com os fundos. Porém, à medida que a empresa cresce, a administração financeira passa a ser comandada por um setor separado e ligado à diretoria, contando com a supervisão do diretor financeiro.

Desse modo, seja no departamento de contabilidade ou em um departamento específico de administração financeira, a principal missão dessa atividade é oferecer um suporte aos diretores da organização para que sejam feitos investimentos seguros, evitando que a vida financeira da empresa sofra alterações constantes. Pode-se dizer, conforme aponta Gitman (2010, p. 4), que o “administrador financeiro de hoje está mais ativamente envolvido com o desenvolvimento e a implementação de estratégias empresariais que tem por objetivo o crescimento da empresa e a melhoria de sua posição competitiva”, por isso a ligação de suas funções às ações desenvolvidas pela diretoria.

2 O CAPITAL DE GIRO

O capital de giro tem uma grande relevância na administração financeira das empresas, pois relaciona-se diretamente com o ciclo operacional e com o giro dos negócios. É definido como o recurso que tem ligação direta com todas as contas financeiras da empresa, incluindo as rotineiras; o montante que financia as atividades principais da corporação.

Na concepção do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), o capital de trata-se do “capital de trabalho”, aquele que permite a realização de operações na empresa, como o financiamento aos clientes nas vendas a prazo, a manutenção de estoques e o pagamento dos fornecedores, o pagamento de impostos, remuneração dos funcionários e demais custos e despesas operacionais.

Pode-se dizer que o capital de giro é o investimento que a empresa faz em operações de curto prazo. Para Assaf Neto (2005), o conceito de capital de giro, também denominado “capital circulante” relacionam-se aos recursos que circulam ou

na corporação em determinado período de tempo. Trata-se de um montante que a empresa aplica para manter o seu ciclo operacional.

Em uma definição mais simplificada, proposta pela organização Endeavor Brasil, o capital de giro é um valor investido nas operações rotineiras da empresa, sendo resultante da diferença entre o dinheiro que ela tem disponível e o dinheiro que ela deve. Esse ativo circulante refere-se aos recursos de rápida renovação, destinado a suprir as necessidades da gestão financeira do negócio (ENDEAVOR BRASIL, 2017).

De acordo com Gitman (2010), o capital de giro é a parte circulante incluída no valor total do investimento existente na empresa, ou seja, é o capital que transita entre o caixa, a compra de matéria prima para produção, os produtos estocados, as vendas realizadas a receber e demais despesas relativas a insumos necessários para o exercício das atividades da organização.

Dessa forma, para que uma empresa possa estar em plena atividade, é necessário ter recursos para adquirir os bens que serão posteriormente revendidos, de modo a garantir a sua principal fonte de renda de maneira contínua. Para isso, importante contar com o capital de giro (BARTZ, 2011). Dentre as suas principais aplicações, estão a provisão de recursos para financiar os clientes que pagam a prazo e manutenção de estoque e matérias-primas (SEBRAE, 2017).

O capital de giro representa em torno de 30 a 40% do total dos ativos de uma empresa; já o capital fixo ou permanente atinge entre 60 e 70%. Contudo, apesar de representar uma parcela menor, o capital de giro exige mais esforço do administrador financeiro do que o capital fixo (SILVA, 2009). Isso porque o mesmo sofre os impactos das diversas mudanças pelas quais a empresa passa.

Vale salientar também que há um prazo para a transformação do capital de giro em recursos no caixa. Espera-se, segundo Matias (2006 apud FERREIRA)², que dentro do exercício fiscal em curso, ou seja, no prazo máximo de um ano, o montante

² MATIAS, A.B. Gestão Financeira do Capital de Giro. **Cadernos do INEPAD – Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração**, FEA/USP, Ribeirão Preto, 2006.

utilizado para a manutenção das operações rotineiras da empresa já tenha retornado a sua origem. Ferreira (2013, p. 3) destaca que:

(...) ao capital de giro vão sendo agregados valores após passar por transformações no decorrer do ciclo de produção, até converter-se em dinheiro para o caixa da empresa. O período de espera é definido como prazo de recebimento. Esse espaço entre a produção, a venda e o crédito no caixa da empresa é chamado, na contabilidade, de Necessidade de Capital de Giro (NCG).

Assim, entende-se que mais do que contar com o dinheiro para ser usado como capital de giro, a empresa precisa ter uma boa administração para que esse recurso seja bem aplicado e possa retornar ao caixa, findo o exercício fiscal. O capital de giro deve ser entendido como a lacuna entre a entrada de matéria-prima na empresa e o recebimento dos valores pelos clientes (FERREIRA, 2013).

De acordo com Silva (2009), muitas vezes, os administradores focam-se mais em resolver os problemas do capital de giro e acabam sacrificando os objetivos da empresa em longo prazo. Dentre as dificuldades relacionadas a esse recurso estão a queda nas vendas, o aumento da inadimplência, o crescimento das despesas financeiras e dos custos, ou a combinação dessas situações. Nesse sentido, é fundamental que o administrador dedique-se a iniciativas que possam prevenir a empresa de sofrer um impacto muito grande na ocorrência de tais problemas.

Nas contas a pagar, na gestão dos estoques, da matéria-prima ou do caixa, há diferentes desafios para se alcançar a liquidez necessária, obter mais eficiência no processo, adotar novas tecnologias e avaliar a qualidade do capital de giro no balanço patrimonial (BARTZ, 2011), sendo essas questões uma responsabilidade do administrador financeiro da empresa.

2.1 Ciclo operacional, financeiro e econômico

Algo fundamental na administração do capital de giro é o seu acompanhamento permanente, pois trata-se de um recurso que sofre os impactos das mudanças que ocorrem na empresa. O capital de giro é o montante aplicado em ativos circulantes, os quais se transformam no ciclo de operações da empresa e, se tais operações não são bem administradas, a organização corre o risco de parar de funcionar. Dessa maneira, conhecer bem os ciclos operacionais, financeiros e

econômicos da empresa é essencial para uma boa gestão do capital de giro (BRITO, 2005).

O ciclo operacional engloba as necessidades circulantes que vão desde a compra da matéria-prima até a venda dos produtos elaborados (MARTINS; ASSAF NETO, 1986, apud BARTZ, 2011)³. Esse ciclo é composto por vários prazos sequenciados, conforme detalha Ferreira (2013), envolvendo o período médio para a estocagem de matérias-primas, para a fabricação, para as vendas (ou de estocagem dos produtos acabados); e para a cobrança (ou prazo médio de recebimento).

De acordo com Assaf e Silva (2007 apud FERREIRA, 2013), quando maior o tempo entre a aquisição da matéria-prima e o recebimento do pagamento do cliente, maior é a necessidade de capital de giro.

O ciclo financeiro é aquele que se situa entre o pagamento dos fornecedores e o recebimento das vendas realizadas, sendo que quanto maior ele for, maiores são os riscos de ocorrência de uma crise e maior é a necessidade de capital de giro (BRITO, 2005). De acordo com Silva (2009, p. 20), o ciclo financeiro de uma empresa depende de três fatores: “prazo de pagamento das compras, prazo de produção ou estocagem, e prazo de recebimento das vendas”, sendo que o primeiro e o último dependem das condições do mercado. Ainda segundo a autora, somente o encurtamento do prazo de produção ou estocagem poderia ocasionar mudanças significativas sobre o ciclo financeiro da empresa. Para se conseguir isso, é necessário contar com o apoio das áreas de produção, operação ou logística, implementando técnicas como Just in Time (JIT)⁴, Administração Total da Qualidade (TQM)⁵, *Supply Chain Managment*⁶, *Lean Production*⁷, etc.

O ciclo econômico, por sua vez, envolve o período de tempo entre a aquisição da matéria-prima e a comercialização e entrega do produto final, ou seja, é a sequência de fatos que ocorrem na organização durante um processo produtivo (MARQUES; BRAGA, 1995).

³ MARTINS, Eliseu; NETO ASSAF, Alexandre. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1986.

⁴ Sistema de administração da produção que diz que tudo deve ser produzido, transportado ou comprado na hora exata.

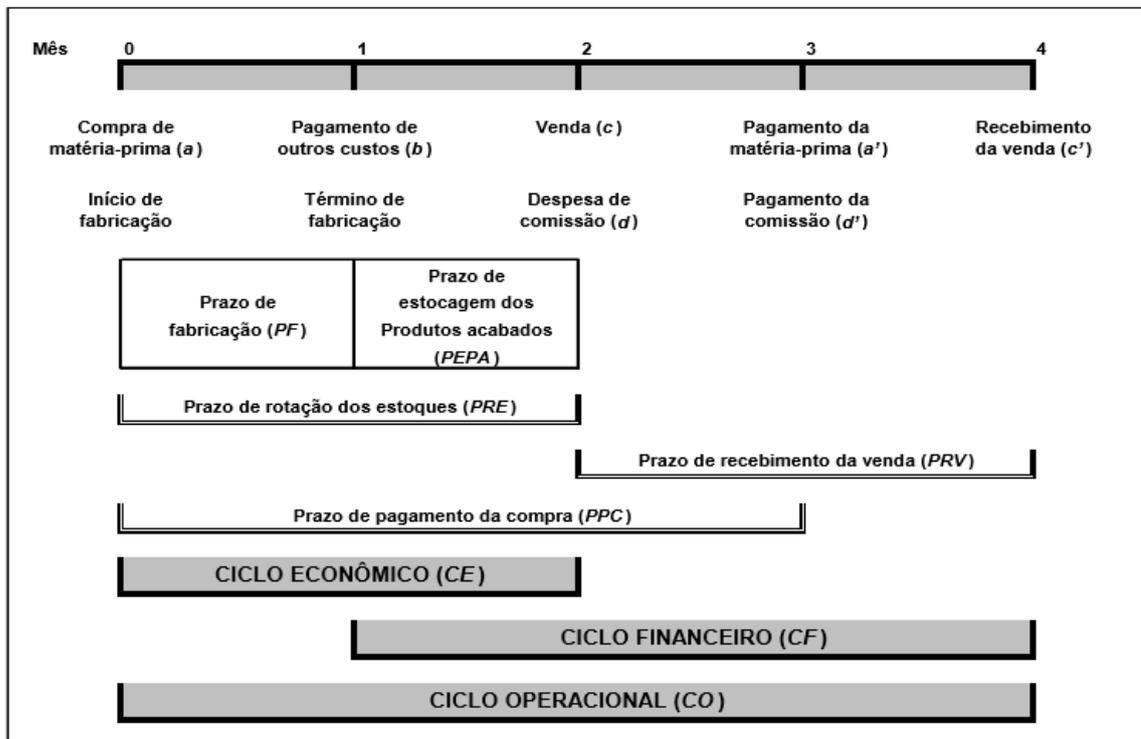
⁵ Aplicação da qualidade em todos os processos organizacionais.

⁶ Ferramenta que possibilita à empresa gerenciar a cadeia de suprimentos com mais eficiência e eficácia.

⁷ Também chamado de Sistema Toyota de Produção, o *Lean Production* é uma filosofia de gestão focada na redução dos sete tipos de desperdícios: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos.

A imagem a seguir traz uma apresentação dinâmica dos três ciclos:

Figura 1 – Ciclos operacional, financeiro e econômico



Fonte: HOJI, 2010.

É importante destacar que as variações no ciclo financeiro de uma empresa ajudam a ter uma visão antecipada sobre possíveis problemas, pois, se há um alongamento do prazo entre produzir e receber, isso pode ser um indicador de que há dificuldades seja no recebimento dos pagamentos ou na própria venda.

2.2 Ativos e passivos circulantes

A administração do capital de giro envolve a gestão dos elementos do giro, ou seja, os ativos e passivos circulantes e também a inter-relação entre eles (BRITO, 2005). O ativo circulante envolve “bens ou direitos realizáveis financeiramente, em condições normais, em prazo inferior a um ano” (MARQUES; BRAGA, 1995, p. 51). Já o passivo circulante diz respeito às obrigações comprometidas nesse mesmo período. Como exemplos para o ativo circulante, têm-se as contas a receber, estoques, caixas e títulos negociáveis. Os passivos circulantes envolvem as contas a pagar (com fornecedores), despesas e empréstimos bancários (BARTZ, 2011).

Salienta-se que a gestão do capital de giro não se restringe às empresas que possuem um elevado ativo e passivo circulante. As pequenas e médias empresas também devem buscar a excelência nessa gestão, pois contam com menos recursos para investir. Conforme explica Brito (2005, p. 9):

Uma pequena empresa necessitará, obrigatoriamente, de estoques; terá que conceder prazos para o recebimento de suas vendas. Para executar essas atividades, necessitará de recursos, todavia o seu acesso a empréstimos de longo prazo não é tão expressivo, necessitando, assim, recorrer com maior frequência a empréstimos de curto prazo, o que afetará diretamente seu capital de giro.

Isso explica a necessidade de um domínio maior sobre as operações da empresa e seus elementos de giro. De acordo com Zouain et al. (2011) , quando uma empresa entra em funcionamento, o seu administrador financeiro deve voltar toda a sua atenção para o capital de giro, porque é pela ausência de controle nas entradas e saídas de caixa que muitas empresas não sobrevivem no mercado.

Assim, entende-se que o capital de giro não pode ser colocado em segundo plano, como é possível que aconteça com a lucratividade – em determinados períodos -. Cabe à empresa garantir o máximo de recursos possíveis para a manutenção desse capital, reduzindo assim as possibilidades de uma crise financeira (ZOUAIN et al., 2011).

Uma forma de analisar a situação do capital de giro é pelos ativos e passivos circulantes. Conforme explica Brantz (2011), se os ativos circulantes estão superiores aos passivos circulantes, a empresa está com capital de giro líquido positivo; por outro lado, quando o primeiro é menor que o segundo, o capital de giro líquido está negativo. Em outras palavras, “quanto mais alta a margem do ativo circulante sobre o passivo circulante, melhor a capacidade da empresa em pagar suas contas à medida que elas irão surgindo” (BRANTZ, 2011), o que significa uma maior liquidez.

Na concepção de Matias (2006 apud FERREIRA, 2013, p. 4), para se obter eficácia na administração do capital de giro, é fundamental acompanhar as contas que formam o ativo e o passivo circulante, “ter um estoque mínimo que atenda à produção, controlar os limites de crédito concedidos aos clientes, acompanhar os

débitos junto a fornecedores e gerenciar o fluxo de caixa”. O equilíbrio dos ativos e passivos circulantes é essencial para que a gestão do capital de giro alcance êxito.

2.3 Balanço Patrimonial

A determinação do capital de giro depende do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo de Resultados do período em questão. O Balanço Patrimonial é uma das principais demonstrações contábeis da empresa. De acordo com Marion (2005, p. 42), ele “reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano de um período prefixado”. O autor compara-o como uma foto da empresa que revela todos os seus bens, valores a receber e valores a pagar.

Em suma, o Balanço Patrimonial é um instrumento que demonstra a posição de um patrimônio empresarial em um período específico, sendo constituído de três elementos distintos: 1) Ativo (conjunto de bens e direitos da organização); 2) Passivo (conjunto de obrigações da empresa); 3) Patrimônio Líquido (volume de recursos pertencentes aos sócios) (SEBRAE, 2017).

Representado graficamente, o Balanço Patrimonial se divide em duas colunas: a da esquerda contém o Ativo; a da direita, o Passivo e o Patrimônio Líquido (MADRIGAL, 2017), conforme a tabela a seguir:

Tabela 1: Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante (AC) - Disponível - Valores a receber - Estoques	Passivo Circulante (PC) - Fornecedores - Salários e Encargos Sociais - Empréstimos e Financiamentos
Ativo Realizável a Longo Prazo (RLP)	Passivo Exigível a Longo Prazo (ELP) - Empréstimos e Financiamentos
Ativo Permanente (AP) - Investimentos - Imobilizado - Diferido	Patrimônio Líquido (PL) - Capital - Reservas - Lucros / Prejuízos acumulados

Fonte: Assaf Neto (2010 apud DIAS; SGARBI, 2011, p. 3).

Através da elaboração do Balanço Patrimonial, é possível observar se há um crescimento ou decréscimo das contas financeiras e patrimoniais da empresa, avaliar o resultado do exercício (se houve lucro ou prejuízo), e controlar o fluxo do

caixa (entrada e saída de capital) (MADRIGAL, 2017). Com isso, tem-se uma real dimensão da aplicação do capital de giro e seus resultados.

Já o Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE) oferece uma síntese das atividades operacionais e não operacionais da empresa em um período, revelando obteve-se lucro ou prejuízo. Ele é composto de:

- Receita de Vendas (+)
- Deduções e Impostos (-)
- Receita Líquida (= Receita de Vendas – Deduções e Impostos)
- Custo Variável (+), referente aos gastos na fabricação de um produto, compra de uma mercadoria ou preparação de um serviço;
- Margem Bruta (= Receita Líquida – Custo Variável)
- Despesas Variáveis (-);
- Margem de Contribuição (= Margem Bruta – Despesas Variáveis);
- Gastos com Pessoal (-);
- Despesas Operacionais (-), como aluguel, energia elétrica, telefone, internet, etc.
- EBITDA ou Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, que traz o resultado da operação da empresa sem a influência de fatores não operacionais (=);
- Depreciação, Amortização ou Exaustão (-), referente à perda de valor dos ativos da empresa durante o tempo em que são utilizados;
- Outras Receitas e Despesas (-), como juros, multas ou variações cambiais;
- Resultado antes do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (=);
- IRPJ e CSLL (-), que são os impostos cobrados sobre o Resultado Operacional;
- Resultado Líquido, obtido a partir da subtração dos impostos e taxas pagas sobre o lucro bruto. Esse montante é resultado final da empresa, considerando os ganhos e as perdas do período (RIBEIRO, 2016).

3 MPES no Brasil

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) vêm adquirindo, nos últimos 30 anos, uma relevância crescente no Brasil, dada a sua inquestionável contribuição socioeconômica (SEBRAE, 2014). Atualmente, o país conta com 11,7 milhões de MPEs, representando 97% de todos os cadastros nacionais de Pessoa Jurídica (CNPJ) no país (SEBRAE, 2017).

Conforme ressalta a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SMPE), não existe um critério único para definir microempresas e empresas de pequeno porte. “Existem, a depender do objetivo, conceitos que podem ser utilizados para a classificação dessas empresas nas categorias micro, pequena, média e grande. Porém, tais critérios não devem ser considerados em absoluto” (SMPE, 2014, p. 15).

Ainda segundo o órgão, na legislação nacional as MPEs são classificadas conforme o seu faturamento - artigo 3º da LC nº 123. A microempresa é definida como uma sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada ou empresário individual que tenha, em cada ano-calendário, faturamento bruto ou inferior a R\$ 360.000,00 Já a Empresa de Pequeno Porte é aquela que tem receita bruta superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$3.600.000,00 (SMPE, 2014). Vale destacar que esses valores referem-se a receitas obtidas no âmbito nacional. Caso a empresa obtenha receita de exportação adicional até o limite de R\$3.600.000,00, ela permanece enquadrada como MPE (SEBRAE, 2017).

Tais definições foram dadas pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, instituída em 2006 com o objetivo de regulamentar o disposto na constituição brasileira, o qual prevê tratamento diferenciado e favorecido às MPEs. Essa legislação também define o Microempreendedor Individual (MEI) como pessoa que se trabalha por conta própria e se registra como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional. O MEI deve ter faturamento anual máximo de R\$60.000,00, não pode ser sócio ou titular de outra empresa e deve ter apenas um funcionário remunerado com um salário mínimo ou o piso de sua categoria (SMPE, 2014).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também utiliza o mesmo enquadramento de porte das empresas definido pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, conforme a sua Receita Operacional Bruta (ROB). (BNDES, 2017).

As MPEs desempenham um papel de extrema relevância na economia nacional, contribuindo para a sua expansão e fortalecimento, seja no setor industrial, participando do Produto Interno Bruto (PIB), como também no setor de serviços, através da geração de riquezas. No entanto, muitas delas enfrentam dificuldades quanto à manutenção de seus negócios e, conseqüentemente, no que tange a sua sobrevivência.

Tal constatação pode ser feita pelo último levantamento de sobrevivência das empresas realizado pelo SEBRAE, que constatou que a sobrevivência de microempresas, entre 2012 e 2014 foi de 55%. De acordo com o órgão, que também constatou que as empresas de porte maior possui taxas de sobrevivência superiores a 90%, essa maior chance de sobrevivência deve-se ao fato de terem uma estrutura mais organizada e maior capital (SEBRAE, 2016).

Dentre os fatores contribuintes para a mortalidade das empresas, o SEBRAE cita: o tipo de ocupação do empresário antes da abertura; a experiência/conhecimento no ramo; a motivação para a abertura do negócio; o planejamento adequado antes da abertura; a qualidade da gestão; a capacitação dos proprietários da empresa em gestão empresarial. (SEBRAE, 2016). Assim, observa-se o quanto a administração financeira é essencial para que uma MPE se mantenha no mercado.

4 RELEVÂNCIA DO CAPITAL DE GIRO: ESTUDOS RECENTES

Com o intuito de investigar como a academia tem tratado do capital de giro e as suas atuais contribuições no sentido de enaltecer a sua relevância, foi realizada uma pesquisa envolvendo o tema, buscando trabalhos realizados no período de 2014 a 2017. Dez publicações foram selecionadas, sendo que cada uma delas tratou de um segmento específico dentro do âmbito das micro e pequenas empresas, discutindo como a administração do capital de giro mostra-se essencial para a manutenção das

mesmas no mercado, promovendo uma gestão financeira eficiente e focada no crescimento gradativo.

O levantamento dos artigos foi realizado no banco de dados eletrônico Google Acadêmico e também na Enanpad, utilizando-se as palavras-chave Capital de Giro; Ativo Circulante; Administração Financeira; Micro e pequena empresa. Após a filtragem dos resultados, os artigos foram organizados na tabela 2 a seguir, indicando título, autor, ano de publicação e em qual parte do texto foi citado o capital de giro.

Tabela 2: Balanço Patrimonial

Título	Tópico sobre capital de giro	Autor	Ano
A influência da gestão de estoques do capital de giro de uma empresa supermercadista da Região Sul de Santa Catarina	2.11.2 Capital de Giro	Angélica da Silva Saturno	2014
A Importância da utilização conjunta dos modelos de Análise Financeira Dinâmica (Fleuriet) e o modelo tradicional de capital de giro para as empresas do seguimento de materiais de construção listada as BM & Ibovespa.	3 Capital de Giro	Lucas Scopel	2014
A Importância dos controles internos financeiros na gestão de micro e pequenas empresas: um estudo de caso em uma micro empresa comercial da região de Criciúma-SC	2.3 Administração de Capital de Giro	Indiamara Covre	2014
Administração do capital de giro e suas implicações para o resultado: um estudo comparativo entre empresas	2.5 – A Administração do Capital de Giro	Paulo Sérgio Cavalcante	2014
Análise de gestão de capital de giro de uma empresa moveleira do Vale do Taquari	2.1.3 Capital de Giro (CDG)	Adriano Kalsing	2015
Gestão de Capital de Giro: um estudo de caso em uma empresa do ramo industrial metal mecânico	2.2 Capital de Giro	Pamela Uggioni de Oliveira	2015
Capital de Giro: um estudo de caso em uma empresa cerealista	2.1 Capital de Giro 2.2 Administração de Capital de Giro	Fernando Garbim	2016
Como evidenciar as causas de mortalidade precoce das micro e pequenas empresas no Brasil	2.10 Capital de Giro: Necessidade e Consequência	Camila B. Alves Fatima H. Oliveira Tamires R. Lima	2016
Análise do planejamento e controle do capital de giro de um supermercado do Oeste Catarinense	2.1 Capital de giro	Mara Vogt Eder L. Heberle Odir L. Fank Larissa Degenhart	2016

A aplicabilidade do modelo dinâmico de gestão do capital de giro nas Instituições Hospitalares.	2.2 Gestão do Capital de Giro	José Carlos F. Jr Wellington Brunó. Carlos A. S. C. José Roberto P.	2017
---	-------------------------------	---	------

Muitos dos trabalhos selecionados mostram a necessidade do capital de giro e da sua correta administração, objetivado principalmente a manutenção do equilíbrio financeiro como forma de garantir a continuidade da organização (VIEIRA, 2005, p.40), pois a empresa necessita dele para financiar suas atividades, sejam nas áreas de produção ou vendas.

De acordo com as observações feitas pelos autores, a administração do capital do giro deve levar em conta o contexto do mercado, avaliando seus investimentos correntes e selecionando os passivos mais adequados. Por exemplo, uma ação para aumento das vendas pode ser através do incentivo das vendas a prazo, exigindo-se, neste caso, maior volume de investimento no circulante, haja vista que se vai exigir maior esforço de caixa para bancar as vendas a prazo (CAVALCANTE, 2014, p. 30).

Outro aspecto abordado em alguns estudos é a ligação entre a má administração do capital de giro e a falência de empresas, dado o fato de que, sem o ativo circulante ideal, as mesmas encontram-se incapazes de assumir suas responsabilidades financeiras. Com isso, reforça-se a importância, principalmente nas MPEs, que têm um alto índice de mortalidade no país, de gerirem corretamente o seu capital de giro.

CONCLUSÃO

Através das discussões realizadas neste artigo, buscando-se uma compreensão ampla dos aspectos centrais da administração financeira de uma micro e pequena empresa, observou-se o quanto é importante primar pela eficiente gestão de seu capital de giro ou ativo circulante.

A administração do capital de giro requer decisões acertadas e pautadas principalmente na preservação da liquidez da empresa, o que afeta diretamente a sua rentabilidade. Ao promover a gestão do ativo circulante, é fundamental observar

a sua disponibilidade, os investimentos temporários da empresa, suas contas a pagar e a receber, e estoques de matéria-prima.

Nesse sentido, observa-se que há uma influência direta do capital de giro na manutenção da empresa no mercado, uma vez que o seu risco tem relação com o fluxo de caixa do negócio. Quando a empresa torna-se incapaz de assumir suas obrigações financeiras no prazo adequado ou quando o seu ativo circulante torna-se menor que o passivo, ela está fadada a um estado de insolvência.

Para que o administrador ou proprietário da empresa tenha preparo para gerir o capital de giro, faz-se necessário um aprimoramento de seus conhecimentos em gestão e finanças, de modo a utilizar de maneira consciente os recursos do negócio. É importante ainda que o capital de giro seja monitorado constantemente, pois ele é afetado quando ocorrem mudanças na empresa. Além disso, vale ressaltar que todas as ações na empresa que envolvam qualquer custo devem ser estudadas previamente, antes da tomada de decisão. Cabe ao gestor ter amplo acesso à situação financeira da empresa para que possa avaliar a viabilidade do gasto a ser feito.

Assim sendo, estudos e pesquisas que busquem discutir a relevância da gestão do capital de giro, assim como as estratégias para fazê-lo de maneira eficaz, são fundamentais. Muitos pequenos empresários ainda não têm a consciência da importância dessa administração, o que leva aos vários casos de dissolução e falência constatados no país. Por isso, espera-se que esta pesquisa possa contribuir não apenas como um instrumento de informação e conhecimento, como também para fomentar novos estudos e abordagens na área.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____; SILVA, César Augusto. **Administração do Capital de Giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.197 p.

BARTZ, Lisiane Schneider. **A gestão do capital de giro na empresa “Lange Termoplásticos”**. 2011. 50 f. Relatório de Estágio Supervisionado (Graduação em Administração) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Estudos da Administração, Panambi, 2011.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 25 mai. 2017.

BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. **Finanças**. Tradução James Sudelland Cook. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BRITO, Paulo Eduardo Pereira. **Administração do Capital de Giro: sua importância no resultado da empresa**. 2005. 83 f. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/780/2/20151463.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DIAS, Flávio Augusto da Silva; SGARBI, Júlio Cesar. A importância da gestão de capital de giro. IN: ENCONTRO CIENTÍFICO E SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO, 3., 2011, Lins. **Anais...** Lins: UNISALESIANO, 2011, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0074.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

ENDEAVOR BRASIL. Capital de Giro: saiba como calcular e controlar. 2017. **Portal Endeavor Brasil**. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/capital-de-giro/>>. Acesso em 29 mar. 2017.

FERREIRA, Edvan Alves. O capital de giro como ferramenta de gestão para a sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, v. 5, n. 5, p. 1-12, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.ipoggo.com.br/uploads/arquivos/aed4933cf2e160236ca193ad7b80e601.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**: uma abordagem prática - matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GROPPELLI, A. A.; EHSAN, Nikbakht. **Administração Financeira**. Tradução Cálío Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

KATO, Jerry. **Curso de Finanças Empresariais**: Fundamentos da gestão financeira em empresas. São Paulo: M. Books, 2012.

MADRIGAL, Alexis Gabriel. O Balanço Patrimonial no ambiente corporativo. 2017. **Portal Administradores**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/o-balanco-patrimonial-no-ambiente-corporativo/103079/>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed., São Paulo: Atlas, 2005.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; BRAGA, Roberto. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 49-63, jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a07v35n3> >. Acesso em: 30 mar. 2017.

RIBEIRO, Matheus. Guia rápido para a DRE. 2016. Portal Administradores. Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/negocios/guia-rapido-para-a-dre/93800/>>. Acesso em 30 mar. 2017.

RICHARDSON, Jarry Roberto. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br> >. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Brasília: SEBRAE, 2014. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/>>

Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2017.

_____. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2016.

Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

SMPE - Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. Disponível em: <<http://www.smpe.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

SILVA, Daniele Gomes. **A importância e a necessidade do capital de giro nas empresas**. 2009. 34f. Monografia (Especialização em Finanças e Gestão Corporativa) – Instituto A Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <

http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k210569.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2016.

ZOUAIN, Deborah Moraes; FERREIRA, Calebe da Costa; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; SANT'ANNA, Paulo Roberto de; LONGO, Orlando Celso; BARONE, Francisco Marcelo. Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 863-884, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000300013>. Acesso em: 30 mar. 2017.